

# O lugar do réu e a produção de sua subjetividade no Tribunal do Júri: etnografias de julgamentos de Franca, Ribeirão Preto e São Paulo

José Arthur Fernandes Gentile, Orientadora: Profa. Dra. Ana Gabriela Mendes Braga, Franca, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Direito, jarthurgentile@gmail.com, ICSB/PROPE/UNESP.

Palavras Chave: Réu, Júri, Estado de São Paulo

## Introdução

A presente pesquisa busca discutir o lugar do réu, sua participação no sistema de justiça criminal e propõem-se a refletir em que medida ele atua enquanto sujeito das práticas e rituais penais, em especial em sessões de julgamento do Júri, haja vista que o caráter ritual e teatral deste instituto amplifica o jogo de cena, sob recorte espacial dos cenários interiorano e da capital paulista. Parte-se da hipótese de que no Tribunal do Júri brasileiro o acusado é um protagonista-figurante. Ademais, segunda hipótese é a de que as representações do acusado no Júri variam segundo suas características individuais (cor, gênero, classe social) e sua situação jurídica (quem o defende, se tem envolvimento anterior com o sistema de justiça, se está preso preventivamente ou se está foragido).

## Objetivos

Existem dois objetivos gerais: discutir o papel do réu no ritual do Tribunal do Júri; e analisar as representações dele construídas durante as sessões de julgamento de acordo com o caso, o processado e os cenários (interiorano ou da capital).

## Material e Métodos

A metodologia aplicada foi de cunho teórico-dedutivo (revisão teórica da literatura acerca do ritual judiciário, da construção da figura do réu), seguida por estudo de campo, no qual se utilizou método etnográfico. Ressalta-se que a presente pesquisa não se limitou às hipóteses pré-formuladas pelo projeto e sua estrutura moldou-se ao seu próprio desenvolvimento, com a coleta de dados interferindo diretamente na maneira de interpretá-los, objetivando o conhecimento e a análise das produções discursivas e práticas no exercício da justiça dentro dos plenários do Júri. Por esse motivo a pesquisa utiliza-se de metodologia qualitativa, capaz de capturar a vida social tal como experimentada pelos participantes.

## Resultados e Discussão

Três categorias analíticas foram elaboradas a partir do campo, mediante ideias relacionadas a expressões discursivas repetidas por diferentes

atores do Júri em diferentes sessões para se referirem a diferentes réus. A primeira, nomeada “posicionalidade do réu/vítima”, surgiu da percepção no campo da importância da posicionalidade do réu e da vítima, quando das disputas entre acusação e defesa pela produção das subjetividades do réu enquanto merecedor da posição de vítima, assim como da vítima como merecedora da posição de réu nos respectivos processos. Quanto à segunda categoria elaborada, nomeada “julgamento entre bandidos”, essa se deu a partir da constatação de discursos que representavam tanto réu, quanto vítima, como bandidos, ou como merecedores da posição de réu. Por fim, à última, deu-se o nome de “vida bandida” pela verificação da relevância da situação de foragido na produção da subjetividade dos acusados dos processos nessa incluídos.

## Conclusões

Primeiramente, foi nítida a influência das condições socioeconômica e política, bem como das características pessoais dos acusados nas representações, segundo as três categorias. Quanto à influência da situação jurídica dos acusados, essa se mostrou relevante no caso das categorias “posicionalidade do réu/vítima” e “vida bandida”. Ademais, quanto à hipótese da posição de figuração assumida pelo réu durante as sessões, essa foi validada pelas categorias “julgamento entre bandidos” e “vida bandida”, e refutada pela categoria “posicionalidade do réu/vítima”. Por fim, foram notados relevantes contrastes entre os cenários do recorte espacial, seja quanto à solenidade e austeridade nos ambientes de julgamento em momentos de bastidores, seja quanto à dimensão e arquitetura dos prédios que os abrigam.

## Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora, fonte de inspiração profissional e pessoal, Profa. Ana Gabriela Mendes Braga e, também, à PROPE/UNESP pelo apoio institucional dado à presente pesquisa.

<sup>1</sup> SCHRITZMEYER, A. L. P. Jogo, Ritual e Teatro: um estudo antropológico do Tribunal do Júri. 2012.

<sup>2</sup> GARAPON, A. Bem Julgar: ensaio sobre o ritual judiciário. 1999.

<sup>3</sup> BOURDIER, P. La economía de los bienes simbólicos. 2000.